

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO E A MERCANTILIZAÇÃO

Aloysio Marthins de Araujo Junior¹

RESUMO

Este trabalho analisa as transformações recentes na formação inicial de professores de Geografia no Brasil, com destaque para a expansão do setor privado e a crescente predominância da Educação a Distância (EaD). Fundamentada na geografia crítica e em abordagens marxistas sobre a mercantilização da educação, a pesquisa articula revisão bibliográfica, análise documental e dados dos censos educacionais (1996–2024). Os resultados indicam que a ampliação do acesso ao ensino superior ocorreu sobretudo por meio de grandes conglomerados privados, fortalecidos pela financeirização e pela formação de oligopólios. Nas Licenciaturas em Geografia, em 2023, cerca de 75% das vagas estavam no setor privado, em sua maioria na modalidade a distância. Essa expansão, embora represente maior cobertura territorial, revela fragilidades estruturais, como a precarização da formação, a redução das experiências presenciais e o enfraquecimento da articulação entre teoria, prática e estágio supervisionado. O estudo evidencia um paradoxo: a ampliação do acesso não se traduz em democratização efetiva, mas na intensificação da lógica de mercado no ensino superior. Conclui-se que a concentração empresarial ameaça a autonomia acadêmica e impõe o desafio de articular políticas públicas que conciliem acesso, qualidade e relevância social da formação docente em Geografia.

Palavras-chave: Ensino superior, Formação de professores, Geografia, Educação a Distância, Privatização.

RESUMEN

Este trabajo analiza las transformaciones recientes en la formación inicial de profesores de Geografía en Brasil, con énfasis en la expansión del sector privado y en la creciente predominancia de la Educación a Distancia (EaD). Fundamentada en la Geografía Crítica y en enfoques marxistas sobre la mercantilización de la educación, la investigación articula revisión bibliográfica, análisis documental y datos de los censos educativos (1996–2024). Los resultados indican que la ampliación del acceso a la educación superior ocurrió principalmente a través de grandes conglomerados privados, fortalecidos por la financiarización y la conformación de oligopolios. En las Licenciaturas en Geografía, en 2023, cerca del 75% de las plazas estaban en el sector privado, en su mayoría en modalidad a distancia. Esta expansión, aunque represente una mayor cobertura territorial, revela fragilidades estructurales, como la precarización de la formación, la reducción de experiencias presenciales y el debilitamiento de la articulación entre teoría, práctica y prácticas supervisadas. El estudio evidencia una paradoja: la ampliación del acceso no se traduce en una democratización efectiva, sino en la intensificación de la lógica de mercado en la educación superior. Se concluye que la concentración empresarial amenaza la autonomía académica e impone el desafío de articular políticas públicas que concilien acceso, calidad y relevancia social en la formación docente en Geografía.

Palabras clave: Educación superior, Formación de profesores, Geografía, Educación a Distancia, Privatización.

¹ Doutor em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo - SP. Prof. do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina, SC. alloysio.junior@ufsc.br.

INTRODUÇÃO

O ensino superior e, mais especificamente, a formação inicial de professores no Brasil tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, marcadas por fatores históricos, políticos e econômicos. A ampliação do acesso à educação superior, impulsionada por políticas públicas vinculadas ao processo de democratização da educação, trouxe consigo reformas institucionais orientadas pelo discurso do desenvolvimento social e econômico. Todavia, isso se deu de forma concomitante ao fortalecimento do setor privado, cuja crescente centralidade tem suscitado debates acerca da mercantilização da educação superior, em especial pela priorização da lógica do mercado em detrimento da qualidade educacional².

Esta investigação teve como questão central investigar e analisar o grau de concentração empresarial no ensino privado e os possíveis impactos nos cursos de formação de professores de geografia. Considerou-se, para tanto, que a expansão do ensino à distância (EaD) constitui um dos elementos estruturantes do atual cenário educacional e, de forma simultânea, suscita indagações sobre a consistência pedagógica e o papel social na formação de professores.

Entre 2019 e 2021, as instituições privadas formaram mais professores de geografia do que as públicas, especialmente por meio da EaD (Inep, 2022). Ao mesmo tempo em que isso ampliou o acesso, questiona-se sobre o preparo pedagógico e a qualidade da formação, elementos cruciais para a formação de cidadãos críticos. As universidades públicas, por outro lado, mantiveram a maioria das matrículas presenciais, sendo percebidas como referência de qualidade.

A concentração empresarial em grandes conglomerados educacionais é preocupante, pois limita a diversidade de abordagens pedagógicas e compromete a autonomia dos educadores. Na Geografia e em outros cursos, essa concentração afeta diretamente a formação de professores, principalmente nas modalidades de ensino a distância, onde a interação pedagógica é muitas vezes limitada.

É certo que no Brasil a massificação do ensino foi uma expansão quantitativa da escolarização e serviu para ampliar as taxas de acumulação do capital privado, por meio da formação de mão de obra voltada ao mercado de trabalho, principalmente no ensino médio – última etapa da escolarização obrigatória.

² Qualidade educacional pode ser entendida como a capacidade de um sistema ou instituição de formar cidadãos críticos, autônomos e competentes, promovendo aprendizagens significativas em um ambiente inclusivo e adequado, com professores qualificados e resultados consistentes (Machado; Fonseca & Lima, 2021).



Uma das funções do professor formador nas licenciaturas é a de estabelecer referenciais para uma concepção pedagógica do futuro docente, não apenas restrita aos conteúdos, mas às formas de trabalhá-los e aos valores a eles associados no processo de aprendizagem e socialização profissional da docência. Neste sentido, emerge a importância da educação geográfica como uma das formas de entender os problemas materiais e sociais da realidade que cerca os estudantes da educação básica. Na perspectiva de Callai (2018, p. 10):

A educação geográfica tem como meta a abordagem dos conteúdos da geografia nos processos do ensino e da aprendizagem oportunizando ao aluno acesso ao conhecimento de modo que o torne significativo para que assim possa elaborar o seu próprio pensamento e produzir o seu saber.

No caso da aprendizagem da geografia, Pereira (2005, p. 143) indica que esta deve ser significativa e ter como prioridade a compreensão do espaço, pois “[...] está demás decir que el aprendizaje, en este caso, espacial, se construye en base a una autonomía relativa, pues, el individuo no sólo construye subjetividad, sino que además se encuentra en la compleja tarea de avanzar en su socialización”³.

Isto posto, pode-se considerar que não há aprendizagem sem significado e que ensinar geografia na educação básica pressupõe a compreensão do espaço geográfico, pois o mesmo é a própria manifestação da sociedade. Isto quer dizer que a organização do espaço relaciona os aspectos naturais com a ação humana de acordo com as contingências históricas e políticas de cada sociedade. Como afirma Oliveira (2006, p. 23), “[...] pode-se dizer que a educação é um processo de construção social e pessoal, que se dá pela interação com o mundo concreto na história, no conjunto de relações que o homem estabelece com a natureza e com outros grupos humanos”.

Um dos princípios basilares da formação dos indivíduos, seja na educação básica ou no ensino superior, é sua formação integral, ou seja, estimular e dar condições para o desenvolvimento pleno dos sujeitos para além de sua dimensão intelectual, cuja aprendizagem não se dá apenas na sala de aula. Sob essa perspectiva, é pertinente questionar: o que significa formação? Formar significa preparar os cidadãos para a vida e para o pleno desempenho na sociedade. O processo de formação permite identificar duas dimensões essenciais que o caracteriza: uma dimensão instrutiva, na medida em que o estudante deve adquirir conhecimentos científicos sistematizados; e uma dimensão educativa, na qual as instituições de

³ “Não é preciso dizer que a aprendizagem, neste caso espacial, se constrói com base numa autonomia relativa, pois o indivíduo não só constrói subjetividade, como também se encontra na complexa tarefa de avançar na sua socialização” [tradução nossa].



ensino devem se responsabilizar em prepará-lo para viver em sociedade e ser portador de um sistema de valores que auxilie no desenvolvimento social (Silva, 2008).

Então, nesse contexto, a escola tem a obrigação de processar as demandas sociais a partir de sua capacidade científica e permitir que o estudante forje a sua própria interpretação de mundo. Isso pressupõe uma apropriação de como funcionam as esferas econômica, social e cultural – e como se dão as disputas e jogos de força. A educação deve ser entendida como agente de um processo e precisa gestar a possibilidade de transformação, de novas alternativas de pensamento, no sentido crítico, renovador, transformador. Assim, a escola deve ter como princípios ser científica, tecnológica e humanista, tanto em sua concepção como em seu desempenho, estar comprometida com o desenvolvimento cultural, econômico e social de seu país, buscar a formação integral dos estudantes, prepará-los para viver em sociedade e dar respostas às suas necessidades durante toda sua vida (Silva, 2008).

Profissionais que atuam na área de formação de professores sabem que o recém-formado não sai da universidade professor. Nos contextos teóricos de formação de professores, a relação dialética entre prática e teoria necessita vivenciar experiências que remetam a novos conhecimentos, despertando e incentivando o preparo científico para que o estudante possa intervir no contexto em que vive.

Por seu turno, a expansão do sistema de ensino no Brasil, especialmente na área de formação de professores, vem se dando pelo mercado privado; contudo, isto não tem se traduzido em melhoras na respectiva formação. Nestas instituições, o foco é o ensino em detrimento da pesquisa e da extensão, como acontece nas universidades públicas, componentes essenciais para uma articulação entre formação universitária e sociedade.

A partir da década de 1990 e intensificado após 2016, com o aprofundamento do denominado neoliberalismo econômico, os governos federais que se sucederam criaram políticas que visaram um maior estímulo às instituições de ensino privadas em prejuízo ao setor público. Estudos de Arcidiacono *et al.* (2014) observam que a porcentagem de estudantes matriculados em escolas privadas na América Latina e Caribe aumentou entre 1999 a 2011 para os três níveis educativos considerados (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Situação similar vem ocorrendo no Brasil. De acordo como o Inep (2020), em 2019 a taxa de alunos matriculados em instituições particulares superou a das instituições públicas.

Assim, é pertinente questionar: em que medida a formação inicial de professores em geral e de geografia, em particular, deve estar atrelada às exigências do mercado?

METODOLOGIA

Esta investigação adota uma abordagem descritiva e analítica. Foram utilizados procedimentos como a revisão bibliográfica (com base em autores da geografia crítica, da educação e de políticas públicas), levantamento e análise de dados quantitativos (Censos da Educação Superior, Semesp, relatórios setoriais) e interpretação qualitativa de tendências (financeirização, concentração de mercado, expansão da EaD). O recorte temporal considerado vai de 1996 a 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

Formação de professores e educação geográfica

No campo específico da ciência geográfica, no amadurecimento de seu objeto de estudo, dentre as várias correntes (modelos teóricos) que foram estabelecendo conceitos que são discutidos e trabalhados no presente, a geografia crítica é que merece ser destacada. Esta corrente pressupõe a utilização de elementos da análise marxista sobre o espaço (Harvey, 2009), considerando que este é produzido (construído) pela sociedade e que essa produção é conduzida por determinados grupos e/ou agentes sociais – pertencentes às classes dirigentes. Na análise da geografia crítica, é sabidamente o capital que delimita as relações e ações da sociedade sobre a natureza.

A geografia crítica se situa no campo da teoria marxista, que engloba uma teoria econômica, uma teoria sociológica e um método filosófico capaz de descobrir, construir e reconstruir a realidade, a partir de diferentes estratégias de investigação que têm como referência o materialismo histórico e dialético, conforme destaca Pires (1997, p. 85-86):

O método dialético que desenvolveu Marx, o método materialista histórico dialético, é método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. [...] Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem.

Para entender a organização da sociedade em seus vários aspectos, esta corrente reconhece que as forças econômicas são as responsáveis pelas transformações da sociedade (e suas próprias contradições). A socialização da natureza, cujo processo e produto é o espaço geográfico, é percebida como a manifestação da sociedade, que pressupõe a compreensão da gênese e desenvolvimento dos modos de produção das formações econômicas e sociais, estes

ditados pela história de uma sociedade geograficamente localizada no tempo e no espaço. De acordo com Santos (1977, p. 85): “O modo de produção seria o ‘gênero’ cujas formações sociais seriam as ‘espécies’; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada”.

A organização do espaço no sistema capitalista é realizada pelas próprias relações sociais que vão se estabelecendo para a reprodução e a acumulação do capital. O espaço produzido ou transformado é fruto do trabalho acumulado, consubstanciado nas infraestruturas e equipamentos que se sobrepõem à natureza, além do trabalho atual, herdados historicamente dos antepassados. “O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico” (Santos, 1994, p. 115).

Nas últimas três décadas, ao menos, observa-se que a educação pública vivencia um corte de investimentos e desvalorização social da profissão docente. Isto se traduz em crises na área educacional (mas, não apenas), cuja análise compreende principalmente a crise estrutural que se desdobra em dois eixos principais: político-ideológica (liberalismo) e epistemológica (inclui a crise do positivismo, seu discurso e questão metodológica). Engloba, ainda, a crise operacional, dividida em curricular e didático-pedagógica.

Uma importante contribuição para o entendimento desta problemática, pode-se encontrar em Apple (2003, p. 13), quando distingue quatro vertentes que atuam diretamente sobre a educação: “[...] os *neoliberais*, os *neoconservadores*, os *populistas autoritários* e a *nova classe média de gerentes e profissionais qualificados*” [grifos do autor].

A perspectiva do autor pode bem ser estendida para o contexto brasileiro atual (particularmente, desde 2016 e intensificado a partir de 2019). Apple entende que os *neoliberais* encontram nos *neoconservadores* aliados fundamentais, a despeito de suas diferenças. Isto não quer dizer, todavia, que estes grupos caminham sempre entrelaçados, não é propriamente uma união de agentes ou preceptores, mas compartilham, de modo geral, estratégias para estabelecer seus interesses próprios (Apple, 2003).

Para os *neoliberais*, as soluções (para a crise da educação) se dariam por meio de uma maior liberdade empresarial – privatização da educação e pela meritocracia de estudantes, professores e gestores. Já os *populistas autoritários* (uma “nova direita”, ou a “direita cristã”) defendem, com seu apelo, a determinadas visões de “autoridade bíblica”. Para este grupo, a educação pública é uma ameaça, pois representa uma “decadência moral”. Reivindicam a centralidade das “[...] questões de autoridade, moralidade, família, igreja e ‘decência’” (Apple, 2003, p. 68).



Ainda de acordo com o mesmo autor, outro grupo, formado por especialistas em gestão, formaria uma nova classe média. Esta fração de classe estaria empenhada em estabelecer métricas de avaliação e medição de resultados. Todavia, não estaria obrigatoriamente identificada com as agendas mais conservadoras, mas, forneceria os conhecimentos técnicos necessários para implementar as políticas de ‘modernização conservadora’ (Apple, 2003, p. 68). Diante desta perspectiva, Miranda (2016, p. 574), sintetiza de modo crítico os discursos que reforçariam a crise da educação por parte destes vários grupos, que têm ganhado maior influência no Brasil:

A educação está em crise porque: (1) não estaria voltada para a formação do profissional que o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo requer, prova disso é que não se apropria das novas tecnologias da informação e da comunicação; (2) usaria mal os recursos a ela destinados e representa portanto um desperdício de dinheiro público; (3) estaria atrelada a paradigmas anacrônicos na definição de suas finalidades, valores, concepções, currículos e práticas, em geral herdados de um esquerdismo há muito já superado. Em síntese, a escola pública seria defasada, ineficaz, dispendiosa, mal gerenciada, mal fundamentada e ideológica.

Sem dúvidas, ao longo da história educacional brasileira, as legislações quase sempre vieram de fora para dentro, isto é, a instituição escolar muito pouco foi chamada a participar para refletir e encaminhar soluções de suas crises.

Por outro lado, vários profissionais da educação e, particularmente, aqueles ligados ao ensino de geografia, seja no ensino superior ou na educação básica, empenham-se em fazer e ensinar uma geografia que permita refletir sobre os problemas da sociedade e buscar alternativas de superação de tais fenômenos. Neste grupo, pode-se considerar como escopo teórico e epistemológico os subsídios dos conceitos e conteúdos ligados à geografia crítica, pois são os que mais se aproximam de uma explicação teórica e conceitual coerente da realidade.

O processo educativo é um conjunto de ações, intervenções, decisões e construção de conhecimentos técnicos e científicos associados à experiência e ao percurso pessoal do professor para que o mesmo reinterprete, intervenha e crie modos de realizar ações educativas em situações de ensino e aprendizagem. Tal conjunto e sua sistematização trata de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos e práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, as inovações educativas reconhecem diferentes cenários, isto é, diferentes tipos de transformações. Nesse contexto busca-se direcionar a formação do docente como condição necessária para a transformação qualitativa do ensino.

A tradição do ensino de geografia nas escolas indica um forte viés descritivo, principalmente do meio físico. Isto se explica pela formação histórica da geografia estar predominantemente atrelada aos interesses imediatos das classes dirigentes. Ora, na medida em



que há um discurso e uma prática da observação e descrição dos lugares e paisagens, acoberta-se a conotação política da prática pedagógica e da relação ensino-aprendizagem. Em outras palavras, objetiva-se uma despolitização das relações sociais que permeiam a sociedade e como esta se organiza para manter sua existência.

Concentração e centralização de capital

Na teoria marxiana, a concentração de capital refere-se ao acúmulo de riqueza e recursos produtivos nas mãos de poucas empresas ou indivíduos, geralmente do mesmo setor, por meio de fusões, aquisições e incorporações de concorrentes. A centralização de capital ocorre quando empresas maiores absorvem empresas menores, ampliando seu controle sobre os meios de produção e o mercado, o que pode gerar oligopólios ou monopólios.

Marx (2013) aponta que a dinâmica do capitalismo tende a concentrar riqueza e produção, eliminando concorrentes menores e reforçando a desigualdade estrutural do sistema econômico. Ele analisa a articulação entre monopólios e capital financeiro, mostrando que a dispersão inicial do capital em múltiplas pequenas unidades produtivas, sob o controle de diferentes burgueses, tende a ser progressivamente superada pela força centrípeta das grandes concentrações de capital. Segundo Marx (2013), a fragmentação do capital social em múltiplos capitais individuais é tensionada por um movimento de atração, que se manifesta como centralização de capitais já existentes, envolvendo a supressão da independência de capitais menores e a transformação de muitos capitais reduzidos em poucos capitais de maior porte. Diferentemente da acumulação, que pressupõe aumento absoluto da riqueza social, a centralização redistribui capitais em funcionamento, de modo que o crescimento de alguns ocorre simultaneamente à perda de outros.

Para Marx (2013), esses processos não são acidentais: refletem a lógica intrínseca do capital, que busca acumulação crescente e maximização do lucro, muitas vezes em detrimento de critérios sociais ou educativos. No contexto do ensino superior privado brasileiro, essa lógica se manifesta na concentração de corporações dominantes que absorvem concorrentes menores e subordinam a educação à busca de lucro. Assim, a educação superior passa a servir à valorização do capital, em vez de cumprir plenamente sua função social de formação crítica e emancipadora. O lucro, a expansão de mercado e a financeirização orientam decisões antes regidas por critérios pedagógicos e científicos (Carvalho *et al.*, 2024; Ferreira & Sindeaux, 2024), evidenciando que a mercantilização da educação é uma expressão da tendência capitalista de concentrar riqueza e poder em setores estratégicos.

Dessa forma, a concentração e centralização de capital no setor educacional está diretamente ligada à financeirização, ou seja, à subordinação das atividades educacionais à lógica do capital financeiro, que busca retorno sobre investimento e valorização no mercado de ações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na educação básica (e, algumas vezes, também no ensino superior) acrescenta-se o desafio de reduzir a relação professor/aluno, ou seja, salas de aula com número menor de estudantes, pois, assim, permitem ao professor (re)conhecer as necessidades e potencialidades individuais, otimizando a relação ensino-aprendizagem. Essa demanda aponta para a importância de condições formativas que priorizem a qualidade do processo educativo.

Entretanto, os dados do Censo da Educação Superior de 2020 (Inep, 2022) revelam um cenário que caminha em direção oposta: 87,6% das instituições de educação superior eram privadas, e entre 2010 e 2020 as matrículas de cursos de graduação a distância cresceram 233,9%, enquanto a modalidade presencial cresceu apenas 2,3%. Além disso, em 2020, 86% dos ingressantes em cursos de graduação estavam em instituições privadas.

Esses números indicam que a expansão do ensino superior brasileiro se deu de forma acelerada, majoritariamente via setor privado e por meio da EaD, modelo que tende a ampliar o número de estudantes por docente e reduzir a interação pedagógica. Assim, evidencia-se a contradição entre a necessidade de turmas menores, voltadas para a qualidade da formação, e a lógica expansionista e massificada que tem caracterizado a educação superior no Brasil.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a formação de professores no Brasil, particularmente em cursos de Licenciatura em Geografia, passou por mudanças estruturais profundas. No final da década de 1990, a maior parte das vagas estava concentrada nas universidades públicas, que historicamente desempenharam papel central na formação docente. Contudo, ao longo das duas décadas seguintes, houve uma transformação significativa: em 2023, cerca de 75% da oferta de vagas em Geografia estava no setor privado, evidenciando a progressiva privatização da formação docente (Inep, 2024; Mesquita, 2023). A tabela 1 traz detalhes sobre a trajetória da oferta de vagas e de matriculados nos cursos de Licenciatura em Geografia, no setor público e privado.

Tabela 1 - Cursos de Licenciatura em Geografia — Brasil (1996–2023): oferta de vagas setor público e privado

Ano	Vagas ofertadas (Total)	Público – vagas (%)	Privado – vagas (%)	Matrículas (Total)	Público – matrículas (%)	Privado – matrículas (%)
1996	~12 mil	70%	30%	~40 mil	72%	28%
2000	~18 mil	60%	40%	~50 mil	65%	35%
2005	~28 mil	50%	50%	~60 mil	55%	45%
2010	~40 mil	40%	60%	~70 mil	45%	55%
2015	~55 mil	35%	65%	~65 mil	40%	60%
2020	~60 mil	30%	70%	~54 mil	38%	62%
2021	~58 mil	28%	72%	53.510	37%	63%
2022	~57 mil	27%	73%	52.547	36%	64%
2023	~55 mil	25%	75%	51.068	35%	65%

Fonte: Inep (microdados dos Censos da Educação Superior, vários anos). Organização do autor (2025).
Nota: valores numéricos são aproximados, organizados a partir de microdados do Inep (Censo da Educação Superior).

Um dos principais vetores dessa mudança foi o avanço da Educação a Distância (EaD), que se tornou um verdadeiro divisor de águas a partir de 2010, conforme destacado na tabela 2. O setor privado liderou essa expansão, modificando a relação entre público e privado. Atualmente, mais de 80% das matrículas nos cursos privados de Geografia ocorrem na modalidade EaD, o que revela tanto a capacidade de ampliação da rede privada quanto a mudança estrutural no modelo de formação de professores (Inep, 2024; Spinelli *et. al.*, 2020).

Tabela 2 - Matrículas na rede privada (em milhões)

Anos	EAD	Presencial
2009	0,7	3,8
2013	1,0	4,4
2017	1,6	4,7
2019	2,3	4,2
2021	3,5	3,4

Fonte: Mali (2022). Elaboração do autor (2023).

A tabela mostra uma mudança paradigmática: de um modelo historicamente centrado no presencial para um ensino superior em que a EaD assume o protagonismo. Essa transformação evidencia tanto a capacidade de expansão quantitativa do setor privado quanto a crescente mercantilização e financeirização da educação superior.

Por fim cabe destacar que entre 2019 e 2020, houve aumento no número de ingressantes no grau de bacharelado (0,6%), enquanto que os cursos de licenciatura registraram uma queda de -4,9% nesse mesmo período (Inep, 2022). Ainda o mesmo estudo indica que, em termos de modalidade de ensino, entre 2010 e 2020, o número de ingressos variou negativamente 13,9% nos cursos de graduação presencial e nos cursos à distância aumentou 428,2%. Das matrículas nos cursos de licenciatura registradas em 2020, 33,6% estavam em instituições públicas e 66,4%

estavam em IES privadas. Em relação à modalidade de ensino, as matrículas em cursos de licenciatura presencial representam 40,7%, enquanto a distância eram 59,3% no total de matrículas (Inep, 2022).

Apesar do aumento histórico da capacidade de oferta, observa-se, nos últimos anos, um declínio no número absoluto de matrículas. Em 2010, a Licenciatura em Geografia registrava aproximadamente 70 mil estudantes matriculados, número que caiu para cerca de 51 mil em 2023 (Andrade, 2023; Mesquita, 2023). Esse dado demonstra que a expansão quantitativa das vagas não se converteu em maior interesse dos estudantes, sugerindo uma crise de atratividade da carreira docente e um descompasso entre oferta e demanda.

Enquanto o setor público manteve a centralidade em cursos presenciais, com maior ênfase em práticas pedagógicas, atividades de campo e integração entre universidade e escola, o setor privado concentrou-se na ampliação em larga escala via EaD. Essa estratégia, embora responsável por democratizar o acesso, é alvo de críticas, sobretudo quanto à fragilidade na condução das práticas formativas, no acompanhamento de estágios e na efetiva preparação para o exercício profissional docente (Spinelli *et al.*, 2020; Inep, 2024).

Como consequência, pode-se inferir que a educação está seriamente ameaçada, seja em termos curriculares ou quanto à gestão escolar, retirando a autonomia das escolas e do ensino superior, por exemplo. Ou ainda, poderá prejudicar o próprio desempenho dos futuros professores na educação básica, principalmente.

Diante desse quadro, o desafio central da política de formação docente em Geografia não reside mais na simples abertura de vagas, mas sim em assegurar a qualidade dos cursos existentes, reduzir a ociosidade das vagas e valorizar a profissão docente. Sem tais medidas, a tendência de queda nas matrículas tende a se aprofundar, colocando em risco a formação de professores de Geografia e, por consequência, a qualidade da educação básica no Brasil.

Na tabela 3 indicam-se as principais empresas que atuam na área educacional e que têm diversos cursos voltados à formação de professores. Foram selecionados grupos educacionais que têm atuação na bolsa de valores, demonstrando o avanço do capitalismo financeiro neste setor.

Tabela 3 - Síntese das maiores empresas educacionais brasileiras (2021)

Empresa	Valor de mercado (US\$)⁴	N. de alunos (aproximado)	Foco de atuação (nível de ensino)
Cogna	1,261 bilhões	mais de 2,4 milhões	todos os níveis de ensino
Yduqs	1,630 bilhões	600 mil, aproximadamente	todos os níveis de ensino
Ser Educacional	356 milhões	mais de 300 mil	ensino superior e pós-graduação
Ânima	832 milhões	395 mil, aproximadamente	ensino superior e pós-graduação
Cruzeiro do Sul Educacional	837 milhões	350 mil, aproximadamente	ensino superior e pós-graduação
Bahema Educação	34,8 milhões	mais de 10 mil	educação básica

Fonte: Bozza (2021). Elaboração do autor (2023).

Essas empresas, juntas, atendiam aproximadamente 3,8 milhões de estudantes, a maior parte no ensino superior em cursos de EaD. Dados mais recentes indicam que em 2022 os nove maiores grupos educacionais já controlavam cerca de 58% do mercado privado (Semesp, 2023), confirmando o aumento da concentração.

Apesar do expressivo crescimento quantitativo do setor privado, observou-se uma crescente concentração da matrícula em poucas instituições. Em 2018, os dez maiores grupos privados detinham cerca de 48% das matrículas no setor (Carvalho *et al.*, 2024). No segmento de EaD, essa concentração era ainda mais acentuada: aproximadamente 82% das matrículas estavam nas mesmas instituições (Gois, 2020).

Com o fim da pandemia da Covid-19 e o retorno das aulas presenciais, as empresas do setor educacional passaram a ser vistas com grande potencial de investimentos no mercado financeiro, com maior atuação na Bolsa de Valores, além da ampliação dos processos de fusões e aquisições (Bozza, 2021). Esse processo de consolidação decorre de um movimento de oligopolização.

Desde os anos 2000, IPOs⁵, fusões e aquisições impulsionaram a formação de grandes conglomerados, intensificando-se a partir de 2007. A fusão da Kroton com a Anhanguera, em 2013, consolidou a atual Cognia como líder global em número de estudantes, enquanto a Estácio, após abrir capital em 2007, expandiu-se por meio de aquisições e aportes de fundos de *private equity*⁶ até 2020 (Carvalho *et al.*, 2024). O quadro 1 sintetiza alguns dados quantitativos sobre concentração do capital no ensino superior brasileiro.

⁴ Em valores convertidos em 15 dez. 2024.

⁵ *Initial Public Offering* (IPO), ou em língua portuguesa, Oferta Pública Inicial, é o processo pelo qual uma empresa abre seu capital e passa a ter suas ações negociadas em bolsa de valores pela primeira vez.

⁶ *Private equity* é um tipo de investimento de capital privado em empresas que não estão listadas em bolsas de valores.

Quadro 1 – Levantamento de dados quantitativos da centralização e concentração de capital no ensino superior brasileiro

Ano/Período	Dado Quantitativo	Descrição
1996–2020	Crescimento de 64 para 2.153 IES privadas	Expansão massiva do setor privado
2015	12 maiores grupos = 43,9% das matrículas	Forte concentração em poucos conglomerados
2015	Top 4 grupos = 33,9% das matrículas	Concentração em nível oligopólico
2022	9 maiores grupos = 58% das matrículas privadas	Centralização do mercado por capital aberto
2007–2020	IPOs, fusões e aquisições (Kroton, Estácio, Ânima etc.)	Oligopolização e financeirização do setor
2021	93% das matrículas EaD concentradas em 22 IES	Expansão tecnológica favorece grandes grupos
2005–2018	Crescimento de 3,26 para 6,37 milhões de matrículas privadas	Predomínio quantitativo da rede privada
2020	87,6% das IES são privadas	Hegemonia estrutural das instituições privadas

Fonte: Galzerano; Minto (2018); Azevedo; Moraes & Catani (2023); Andrade (2023); Inep (2021).
Organização e elaboração do autor (2025).

O conjunto dos dados demonstra que a expansão do ensino superior brasileiro, especialmente a partir da LDB de 1996, não se traduziu em democratização plena do acesso ou fortalecimento do setor público, mas sim em uma mercantilização acelerada e financeirizada da educação. A concentração de matrículas em poucos grupos privados e a centralização via EaD indicam que o modelo vigente está orientado mais pela lógica de escala e rentabilidade do que pela qualidade formativa.

Em 2015, os 12 maiores grupos educacionais já concentravam 43,9% das matrículas do setor privado, sendo que apenas quatro grupos respondiam por 33,9% do total, ainda que representassem somente 10,5% das IES privadas (Carvalho *et al.*, 2024). No ensino a distância (EaD), a concentração foi ainda mais acentuada: 22 instituições reuniam cerca de 93% das matrículas em 2021 (Andrade, 2023). Essa tendência de oligopolização consolidou-se nos anos recentes. Dados do Semesp (2023) revelam que, em 2018, as dez maiores corporações privadas detinham 48% das matrículas, percentual que subiu para 58% em 2022, nas mãos de apenas nove grupos. Além disso, instituições de grande porte — com mais de 20 mil estudantes — passaram a concentrar 68% das matrículas privadas, reforçando o poder de mercado das corporações educacionais.

O impacto das políticas de financiamento estudantil, como o ProUni e o FIES, foi decisivo nesse processo. Estudos como o de Ferreira & Sindeaux (2024) mostram como tais políticas, ao mesmo tempo em que ampliaram o acesso, impulsionaram a financeirização do setor, estimulando fusões, aquisições entre instituições de ensino superior e maior dependência do capital de mercado.

Exemplo emblemático foi a fusão entre a Kroton e a Anhanguera, ocorrida em 2014, que resultou na criação da maior empresa de educação do mundo em termos de número de

alunos. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com restrições, incluindo a venda de operações de ensino a distância da Uniasselvi. Após a fusão, a nova empresa passou a contar com cerca de 1,1 milhão de alunos e um valor de mercado estimado em R\$ 24,5 bilhões (Exame, 2014; Silva, 2014).

A Estácio Participações, atualmente conhecida como YDUQS, abriu seu capital na Bolsa de Valores em 2007. Após essa abertura, a empresa recebeu aportes de fundos de *private equity*, como o GP Investments, e iniciou uma série de aquisições estratégicas. Pouco tempo depois, a YDUQS adquiriu diversas instituições de ensino superior, incluindo a Faculdade de Castanhal, em 2015; o Centro Universitário Toledo, a Faculdade Ibmec e a Wyden Educacional, todas em 2019; em 2020, o Grupo Athenas Educacional e em 2024, a faculdade Newton Paiva e a Edufor (Yduqs, 2025).

Essa realidade gera um paradoxo: ao mesmo tempo em que amplia numericamente o acesso ao ensino superior, restringe qualitativamente a formação docente e acadêmica, impactando diretamente áreas sensíveis como a formação de professores de geografia e a própria qualidade da educação básica no Brasil.

Esse conjunto de dados quantitativos revela não apenas o crescimento do setor privado, mas, sobretudo, a concentração e centralização do capital, características marcantes da lógica mercantil inserida na educação brasileira nas últimas três décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização e a comercialização do ensino superior no Brasil conduziram a mudanças profundas, especialmente na formação de professores. Embora a ampliação do acesso por meio da EaD represente um avanço em termos de cobertura, permanecem desafios relacionados à qualidade acadêmica, à formação integral e ao compromisso com a construção de uma educação voltada à cidadania crítica e transformadora. Assim, coloca-se o dilema central: como equilibrar a democratização do acesso com a garantia de excelência acadêmica e relevância social?

A expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas caracterizou-se por um crescimento quantitativo expressivo, ao mesmo tempo em que se concentrou fortemente no setor privado. Desde a década de 1990, com a promulgação da LDB nº 9.394/1996, a ampliação de vagas esteve vinculada à entrada de grandes grupos empresariais, intensificada após os anos 2000 por meio de aberturas de capital (IPOs), fusões e aquisições. Esse movimento inseriu a

educação no circuito da lógica financeira, aproximando-a mais do mercado do que de sua função social.

No campo da formação docente, e em especial nos cursos de licenciatura em Geografia, esse processo resultou em uma ampliação quantitativa, mas profundamente desigual entre os setores público e privado. Em 2023, cerca de 75% das vagas ofertadas estavam no setor privado, sobretudo no EaD, enquanto o setor público manteve sua predominância em cursos presenciais, integrados à pesquisa e à extensão (Inep, 2024; Mesquita, 2023). Essa configuração revela uma contradição estrutural: embora a maior parte da formação inicial de professores ocorra no setor privado, a qualidade acadêmica, a tradição de pesquisa e a produção científica permanecem vinculadas às universidades públicas.

Portanto, a análise do período 1996–2024 evidencia que a expansão da educação superior brasileira não resultou em democratização plena, mas em mercantilização e oligopolização. A formação docente, nesse cenário, corre o risco de reduzir-se a um conhecimento instrumental, orientado por lógicas de mercado, em detrimento de uma formação crítica, interdisciplinar e socialmente engajada.

Assim, infere-se que a formação de professores — especialmente em Geografia — tornou-se um mercado estratégico para grupos educacionais, mas enfrenta o desafio de preservar sua função essencial: formar profissionais capazes de compreender, interpretar e transformar a realidade socioespacial, contribuindo para uma educação geográfica significativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sanete Irani de. As companhias do mercado da educação superior no Brasil e suas decisões estratégicas no período de 2007 a 2021. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, e273744, 2023. <https://doi.org/10.1590/ES.273744>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RD9bmmQV9sgJKpK3DYKr8Rf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2025.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercado, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

ARCIDIÁCONO, Malena; CRUCES, Guillermo; GASPARINI, Leonardo; JAUME, David; SERIO, Monserrat; VÁZQUEZ, Emmanuel. **La segregación escolar público-privada en América Latina**. Série Políticas Sociales, n. 195, 37 p. CEPAL, 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.econstor.eu/bitstream/10419/127677/1/cedlas-wp-167.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

AZEVEDO, Mario L. Neves de; MORAES, Karine N.; CATANI, Afrânio M. Determinantes da expansão da EaD em cursos de licenciatura de instituições privadas no Brasil. **RTPS -**

Revista Trabalho, Política e Sociedade, [S. l.], v. 8, n. 13, p. e–855, 2023. DOI: 10.29404/rtps-v8i13.855. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/855>. Acesso em: 7 set. 2025.

BOZZA, Stéfano. **Empresas listadas na bolsa**: setor de educação. 2021. Disponível em: <https://maisretorno.com/porta1/empresas-listadas-na-bolsa-setor-de-educacao>. Acesso em: 6 set. 2025.

CALLAI, Helena C. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 70, p. 9–30, 2018. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022018000200009&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 6 set. 2025.

CARVALHO, Cristina H. Almeida de; SOUSA FILHO, Edson Machado de; GOELLNER, Isabella de Araujo; FREIRE, Nayana Rosa; AMITRANO, Claudio Roberto. Financeirização da educação superior privada no Brasil: expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013–2022). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e286692, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.286692>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yDc9c9QwYXvx3nNJKWm5DTf/?lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2025.

EXAME. **Cade aprova fusão entre Kroton e Anhanguera com restrições**. 2014. Disponível em: https://exame.com/negocios/cade-aprova-fusao-entre-kroton-e-anhanguera-com-restricoes/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 7 set. 2025.

FERREIRA Sérgio M. Lopes; SINDEAUX, Roney V. A transformação financeira do ensino superior privado no brasil: explorando fusões e aquisições na busca de uma educação de qualidade. **Revista Pesquisa e Debate**, [S. l.], v. 36, n. 2(66), 2024. DOI: 10.23925/1806-9029.36i2(66)68880. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/68880>. Acesso em: 7 set. 2025.

GALZERANO, Luciana S.; MINTO, Lalo W. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **Eccos - Revista Científica**, [S. l.], n. 47, p. 61-80, set.-dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n47.10740>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10740>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GOIS, Antônio. Concentração no ensino superior a distância é prejudicial para a qualidade, diz estudo. **O Globo**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/antonio-gois/post/concentracao-no-ensino-superior-distancia-e-prejudicial-para-qualidade-diz-estudo.html>. Acesso em: 7 set. 2025.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

INFOMONEY. **IPO**: como funciona a estreia de uma empresa na Bolsa. 2022. Disponível em: IPO: como funciona a estreia de uma empresa na Bolsa - InfoMoney. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior 2023: divulgação dos principais resultados**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep/MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Superior: microdados do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Apresentação – Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 7 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Superior 2020: resumo técnico**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MALI, Tiago. **Mercado de ensino superior tem concentração recorde**. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderespecial/brasilafronte/mercado-de-ensino-superior-tem-concentracao-recorde/>. Acesso em: 6 set. 2025.

MACHADO, Elka C. de Oliveira; FONSECA, Maria A. Rodrigues da; LIMA, Daniela da Costa B. Pereira. Qualidade da educação: compreensões teóricas e normativas. **REVELLI**, [S./l.], v. 13, E-202139, p. 1-17, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51913/revelli.v13i0.11791>. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/11791>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESQUITA, Fernando. A graduação em geografia no Brasil de 2010 a 2021: implicações regionais da crise econômica, política e pandêmica. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 542-565, mai./ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e93022>. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/93022>. Acesso em: 7 set. 2025.

MIRANDA, Marília G. de. **Crise na educação: a retórica conservadora**. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 567–579, 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 6 set. 2025.



OLIVEIRA, Dione L. de. **O papel da escola na formação do cidadão: a construção da cidadania**. 2006. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

PEREIRA, Marcelo G. El espacio por aprender, el mismo que enseñar: las urgencias de la educación geográfica. **Cadernos Cedes**, [S./l.], v. 25, n. 66, p. 137–163, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/i/2005.v25n66/>. Acesso em: 6 set. 2025.

PIRES, Marília F. de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S./l.], v. 1, n. 1, p. 83–94, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?lang=pt#>. Acesso em: 6 set. 2025.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81–99, 1977.

SILVA, Leonardo. Kroton/Anhanguera” nasce como 17ª empresa mais valiosa da Bolsa; veja ranking. **Infomoney**. 2014. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/negocios/kroton-anhanguera-nasce-como-17a-empresa-mais-valiosa-da-bolsa-veja-ranking/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 7 set. 2025.

SILVA, Pedro H. La Universidad Latinoamericana en la época actual: tendencias, retos y propuestas innovadoras. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR, 6., 2008, Habana. **Anais** (em CD-ROM). Havana: Universidad de la Habana, 2008.

SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR - Semesp. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023**. São Paulo: Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br>. Acesso em: 6 set. 2025.

SPINELLI, Kátia; SCHWEITZER, Alexandre; VOLANI, Elizangela A.; OBAL, Karoline K. A busca pela prática no curso de licenciatura em geografia EAD de uma instituição privada de ensino. **Pesquisar**, Florianópolis, v. 7, n. 13, Ed. especial: SELIGeo, p. 24-40, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/index>. Acesso em: 7 set. 2025.

YDUQS. **Nossa história**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=2A9MtfzS4uRqXhzucRSqdw==&linguagem=pt>. Acesso em: 7 set. 2025.